



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Acionistas e Diretores e da

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

São José dos Campos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11º andar – CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 – Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 – Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 – Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen Schwartz - Diretora Executiva





Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11º andar – CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 – Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 – Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 – Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen Schwartz - Diretora Executiva





- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 1º de abril de 2020.



CRC-RJ-2026-O

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Eliel Torres da Mota
Contador – CRC – PE-025592/O-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha, 416 / 11º andar – CEP: 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 – Fax: 55 21 2262-6806 - rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 – Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 – Fax: 55 21 2772-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen Schwartz - Diretora Executiva





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	301.548	165.301	Debêntures	14	117.718	83.751
Contas a receber de clientes	8	4.737	4.404	Fornecedores	15	3.069	2.217
Estoques		1.002	838	Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.056	2.273
Impostos a recuperar	9	3.150	1.676	Obrigações tributárias	17	2.449	2.676
Adiantamentos diversos		19	116	Passivo financeiro - concessão de serviços públicos	11	46.006	-
Despesas antecipadas	10	2.319	2.938	Outras contas a pagar	18	3.432	2.105
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	11	-	59.924			176.730	93.022
Outras contas a receber		5	5				
		312.780	235.202	Não circulante			
Não circulante				Debêntures	14	72.750	188.000
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	17	97.717	44.749
Contas a receber de clientes	8	3.541	3.750	Provisão para contingências	19	537	-
Impostos a recuperar	9	32.943	39.326	Provisão para manutenção	20	21.068	44.281
Despesas antecipadas	10	373	1.907	Outras contas a pagar	18	7.955	11.074
Imobilizado	12	6.153	6.280			200.027	288.104
Intangível	13	150.175	148.842	Patrimônio líquido	21		
		193.185	200.105	Capital social		137.151	137.151
				Prejuízos acumulados		(7.943)	(82.970)
						129.208	54.181
Total do Ativo		505.965	435.307	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		505.965	435.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	22	628.111	609.922
Custos	23	(457.673)	(539.779)
Resultado bruto		<u>170.438</u>	<u>70.143</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(53.816)	(42.170)
Provisão para manutenção		3.126	(15.669)
Depreciação e amortização		<u>(3.056)</u>	<u>(3.242)</u>
		(53.746)	(61.081)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>116.692</u>	<u>9.062</u>
Receitas financeiras		13.278	8.992
Despesas financeiras		<u>(16.329)</u>	<u>(24.397)</u>
Resultado financeiro		(3.051)	(15.405)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>113.641</u>	<u>(6.343)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(38.614)	(2.181)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>75.027</u>	<u>(8.524)</u>
Número de ações ao final do exercício	21(a)	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação - R\$		<u>0,5470</u>	<u>(0,0622)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018		137.151	(8.785)	(27.907)	100.459
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	-	(46.539)	(46.539)
Integralização de capital por AFAC		-	8.785	-	8.785
Prejuízo do exercício		-	-	(8.524)	(8.524)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		137.151	-	(82.970)	54.181
Lucro líquido do exercício		-	-	75.027	75.027
Saldos em 31 de dezembro de 2019		137.151	-	(7.943)	129.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	75.027	(8.524)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	-	(46.539)
Depreciação e amortização do imobilizado	351	340
Amortização do intangível	2.706	13.637
Juros sobre debêntures	17.813	20.657
Provisão para contingências	537	-
Provisão para manutenção	(23.213)	44.281
Lucro líquido do exercício - ajustado	73.221	23.852
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(124)	(4.583)
Aumento (diminuição) dos estoques	(164)	(354)
Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante	4.909	(25.774)
Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos	97	17.856
Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante	2.153	3.746
Aumento (diminuição) dos ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos	105.930	(31.385)
Aumento (diminuição) das outras contas a receber	-	(3)
Aumento (diminuição) dos fornecedores	852	(596)
Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas	1.783	622
Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	52.741	15.577
Aumento (diminuição) das outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante	(1.792)	6.316
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	239.606	5.274
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(224)	(226)
Adições no intangível	(4.039)	15.982
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(4.263)	15.756
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação / liquidação de financiamentos - Passivos circulante e não circulante	-	(173)
Debêntures - Passivos circulante e não circulante	(99.096)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	(8.785)
Integralização de capital por adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	8.785
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(99.096)	(173)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	136.247	20.857
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa	165.301	144.444
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa	301.548	165.301
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	136.247	20.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





. 1.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016.

Em fevereiro de 2017, a **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** e o Estado de São Paulo firmaram o Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 01/2017, que prorroga o período de obra, tendo sua previsão de conclusão para dezembro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1) (Equivalente ao IFRIC 12 nas Normas Internacionais de Contabilidade), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos – Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.





. 2.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela administração em 1º de abril de 2020.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, numerários em trânsito, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3. Contas a receber de clientes

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.4. Impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.





. 3.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5.2. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou,





. 4.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

. mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

. condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Concessão de serviços públicos

O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (“Ampliação principal”) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução.





. 5.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

2.7. Intangível

I. Infraestrutura

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.





. 6.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

II. Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Provisão para contingências

As provisões para contingências (cível, trabalhista, e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.





. 7.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.11. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

O adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irrevogável e irretroatável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível.

2.12. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.13. Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.14.Reconhecimento da receita

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

i.Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

ii.Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Estão demonstradas conforme a seguir:

Receita líquida de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2019	2018	2019	2018	2019	2018
552.366	539.779	(457.673)	(539.779)	94.693	-



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

iii. Receita de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.



. 10.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), onde as arrendatárias deverão reconhecer os pagamentos a serem realizados (passivo), bem como os direitos de uso dos ativos arrendados para todos os contratos de arrendamento mercantil, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor. A norma introduziu um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde o principal ponto de alteração é a mudança da natureza da despesa, que passa a representar uma despesa de amortização do direito de uso do bem arrendado.

Como a Companhia não possui contratos relevantes de arrendamento mercantil, a adoção da norma não gerou impactos significativos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

(a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

(b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.



. 12.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(d) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 5 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 127% ao ano do CDI. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

(e) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2019		
Debêntures	117.718	72.750
Fornecedores	3.069	-
	<u>120.787</u>	<u>72.750</u>
Em 31 de dezembro de 2018		
Debêntures	83.751	188.000
Fornecedores	2.217	-
	<u>85.968</u>	<u>188.000</u>



. 14.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(b) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

6. Instrumentos financeiros por categoria

	2019	2018
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	301.548	165.301
Contas a receber de clientes	8.278	8.154
	<u>309.826</u>	<u>173.455</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Debêntures	190.468	271.751
Fornecedores	3.069	2.217
	<u>193.537</u>	<u>273.968</u>





. 15.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	133	133
Numerários em trânsito (i)	830	1.279
Bancos conta movimento	734	562
Aplicações financeiras		
Poupança	4.414	7.324
Títulos de renda fixa	295.437	156.003
	<u>301.548</u>	<u>165.301</u>

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.

8. Contas a receber de clientes

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Vale pedágio	111	-	103	-
Pedágio eletrônico	4.142	-	3.860	-
Faixa de domínio (i)	484	3.541	441	3.750
	<u>4.737</u>	<u>3.541</u>	<u>4.404</u>	<u>3.750</u>

(i) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados a partir de 17 de dezembro de 2018. O recebimento ocorrerá em duas parcelas correspondentes a 30% e 40%, respectivamente, do valor total. Os 30% restantes serão pagos por meio de parcelas anuais.





. 16.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9. Impostos a recuperar

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRRF sobre aplicações financeiras	2.768	-	1.622	-
IRPJ base negativa	157	-	54	-
CSLL base negativa	225	-	-	-
Imposto de Renda Diferido (i)	-	25.134	-	28.826
Contribuição Social Diferida (i)	-	7.809	-	10.500
	<u>3.150</u>	<u>32.943</u>	<u>1.676</u>	<u>39.326</u>

(i) Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura dos referidos créditos. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 10 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas.

10. Despesas antecipadas

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios de seguros	1.881	373	2.203	1.907
Juros a transcorrer	438	-	735	-
	<u>2.319</u>	<u>373</u>	<u>2.938</u>	<u>1.907</u>





. 17.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

11. Ativo e Passivo financeiro – Concessão de serviços públicos

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Recebimentos	Transferência p/ Passivo (*)	Saldos em 31/12/2019
Aporte público	59.924	745.799	(759.717)	(46.006)	-
	<u>59.924</u>	<u>745.799</u>	<u>(759.717)</u>	<u>(46.006)</u>	<u>-</u>

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017, anexo “Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos” e “Eventos para Liberação do Aporte – Tabela 18.2”.

(*) O Passivo Financeiro está demonstrado como a diferença entre o aporte recebido e os custos incorridos na obra de ampliação principal. Essa situação acontece em função dos referidos aportes de recursos, que estão vinculados ao marco contratual de liberação (conforme anexos XVII e XVIII do contrato de Concessão Patrocinada), serem, tempestivamente, maiores que o custo incorrido na evolução da referida obra.

12. Imobilizado

	Fibra óptica	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Taxa de depreciação / amortização (% ao ano)	4%	10%	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	5.525	869	6.394
Adições	226	-	226
Depreciação / amortização	<u>(226)</u>	<u>(114)</u>	<u>(340)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>5.525</u>	<u>755</u>	<u>6.280</u>
Adições	224	-	224
Depreciação / amortização	<u>(237)</u>	<u>(114)</u>	<u>(351)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>5.512</u>	<u>641</u>	<u>6.153</u>





. 18.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13.Intangível

	2018	Adições	Transferências	Amortização (*)	2019
Instalações	91.300	8.602	(219)	(1.549)	98.134
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	23.757	890	(121)	(435)	24.091
Desapropriações	1.655	78	-	(32)	1.701
Conservação especial	14.349	-	-	(244)	14.105
Elementos de segurança	1.864	-	-	(32)	1.832
Resultado financeiro	8.567	54	(10)	(159)	8.452
Meio ambiente	6.420	2.415	(7.650)	(240)	945
Outros	930	-	-	(15)	915
	<u>148.842</u>	<u>12.039</u>	<u>(8.000)</u>	<u>(2.706)</u>	<u>150.175</u>

	2017	Adições	Baixas	Transferências	Amortização (*)	2018
Instalações	83.933	8.601	-	(2)	(1.232)	91.300
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	19.752	4.427	(5)	(97)	(320)	23.757
Desapropriações	1.596	82	-	-	(23)	1.655
Conservação especial	27.407	5.145	-	(17.875)	(328)	14.349
Elementos de segurança	4.000	2.197	-	(4.283)	(50)	1.864
Resultado financeiro	37.779	40.904	(1.998)	(67.733)	(385)	8.567
Meio ambiente	3.054	3.433	-	-	(67)	6.420
Outros	940	3	-	-	(13)	930
	<u>178.461</u>	<u>64.792</u>	<u>(2.003)</u>	<u>(89.990)</u>	<u>(2.418)</u>	<u>148.842</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2019 foi de 0,13% (mesmo percentual em 31 de dezembro de 2018).



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14. Debêntures

Em 13 de novembro de 2017, foi firmado com o Banco Bradesco S.A., um contrato de subscrição particular de emissão de 250.000.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1, no montante de R\$250.000.000, sobre as quais não haverá atualização monetária do valor nominal unitário das debêntures por qualquer índice. As referidas debêntures foram objeto de renegociação de um empréstimo.

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 127% das taxas médias dos DI (Depósitos Interfinanceiros).

O vencimento final ocorrerá ao término do prazo de 41 meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, a última parcela em 13 de abril de 2021. As debêntures estão garantidas por: a) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora; b) cessão fiduciária sobre todos os direitos emergentes da Concessão; c) cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão; e d) cessão condicional sobre os contratos da Concessão.

15. Fornecedores

Os saldos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, referem-se a valores em aberto junto a diversos fornecedores no país.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	1.465	-
Previdência privada	2	2
Provisão para férias e encargos	1.686	1.594
IRRF de empregados a recolher	432	256
INSS a recolher	316	309
FGTS a recolher	119	112
Outras obrigações sociais e trabalhistas	36	-
	<u>4.056</u>	<u>2.273</u>



. 20.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

17. Obrigações tributárias

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS a recolher	67	-	77	-
COFINS a recolher	320	-	373	-
CSLL a recolher	-	-	59	-
IRRF terceiros a recolher	19	-	17	-
ISS terceiros a recolher	1.316	-	1.472	-
ISS a recolher	571	-	551	-
INSS terceiros a recolher	84	-	64	-
PIS / COFINS / CSLL terceiros a recolher	64	-	63	-
Outras obrigações tributárias	8	-	-	-
IRPJ diferido (i)	-	23.674	-	-
CSLL diferida (i)	-	8.522	-	-
PIS diferido (ii)	-	11.669	-	7.969
COFINS diferida (ii)	-	53.852	-	36.780
	<u>2.449</u>	<u>97.717</u>	<u>2.676</u>	<u>44.749</u>

- (i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$94.693. Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 2.14.ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. 6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3).
- (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS).



. 21.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

18. Outras contas a pagar

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Obrigações contratuais ambientais (i)	-	4.414	-	7.324
Seguros e garantias a pagar	198	-	345	-
Adiantamentos de clientes	2.625	-	1.197	-
Receitas acessórias a apropriar (ii)	274	3.541	269	3.750
Outros valores a pagar	335	-	294	-
	<u>3.432</u>	<u>7.955</u>	<u>2.105</u>	<u>11.074</u>

- (i) Refere-se a dois Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foram celebrados com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela **CETESB** e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA.
- (ii) Correspondente ao recebimento antecipado de duas parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (Nota Explicativa nº 8), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato.

19. Provisão para contingências

Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são aparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R\$537 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis.





. 22.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhista, no montante de R\$1.095 (R\$1.744 em 31 de dezembro de 2018) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

20. Provisão para manutenção

	2019	2018
Pavimentos	17.115	32.565
Sinalização	3.272	6.494
Obra de arte especial	681	5.222
	<u>21.068</u>	<u>44.281</u>

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos (1º ciclo de abril de 2016 a março de 2021), descontados a valor presente, com taxas de 127% ao ano do CDI.

A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem.





. 23.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(c) Ajuste de exercícios anteriores

Em 2018, se refere a provisão para manutenção de anos anteriores.

22.Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	573.138	559.591
Receitas de pedágios (b)	82.891	76.825
Receitas acessórias (c)	<u>2.766</u>	<u>2.589</u>
	658.795	639.005
Deduções		
ISS	(4.174)	(3.845)
PIS	(4.263)	(4.070)
COFINS	(19.677)	(18.786)
Outras deduções	<u>(2.570)</u>	<u>(2.382)</u>
	(30.684)	(29.083)
	<u><u>628.111</u></u>	<u><u>609.922</u></u>

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R\$573.138 (R\$559.591 em 31 de dezembro de 2018) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão.

(b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia.

(c) A Companhia também reconheceu receitas acessórias, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia.





. 24.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(564)	(542)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(3.699)</u>	<u>(3.528)</u>
	(4.263)	(4.070)
COFINS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(2.604)	(2.502)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(17.073)</u>	<u>(16.284)</u>
	(19.677)	(18.786)
	<u>(23.940)</u>	<u>(22.856)</u>

23.Custos

O montante de R\$478.445 (R\$559.591 em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 22:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de obras de infraestrutura - Nota 22	573.138	559.591
Margem de lucro	<u>(94.693)</u>	-
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	478.445	559.591
Deduções da receita bruta de construção		
PIS sobre receitas de infraestrutura - Nota 22	(3.699)	(3.528)
COFINS sobre receitas de infraestrutura - Nota 22	<u>(17.073)</u>	<u>(16.284)</u>
Custos de obras de infraestrutura	<u>457.673</u>	<u>539.779</u>





. 25.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratadas as seguintes coberturas de seguros:

Objeto	Limite máximo de indenização (R\$)
Prédio	1.078
Risco operacional (Concessionária)	110.000
Responsabilidade civil (Concessionária)	30.000
Garantia de fiança	14.679
Veículos	1.390
Risco engenharia (Obra de ampliação principal)	585.000
Responsabilidade civil (Obra de ampliação principal)	30.000
	<u>772.147</u>

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

25. Eventos subsequentes

(a) Liquidação dos juros das debêntures

Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia quitou a 5ª parcela de juros das debêntures captadas junto ao Banco Bradesco S.A.

(b) Ativos e passivos financeiros – Concessão de serviços públicos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um Passivo Financeiro em função dos aportes recebidos terem sido, tempestivamente, maiores que o custo incorrido das obras de ampliação principal. Na data de publicação das demonstrações contábeis, com o avanço das referidas obras de construção, o saldo voltou a ser um Ativo Financeiro.





. 26.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(c) COVID-19

As constantes notícias sobre o avanço do novo Coronavírus (“COVID-19”) estão afetando a economia global e mais recentemente passou também a afetar a economia brasileira diretamente. A quarentena imposta ao comércio e as restrições a circulação de pessoas, são medidas que devem trazer forte impacto nas atividades das empresas como um todo. A Companhia está seguindo todas as recomendações das autoridades sanitárias do País, além de estar elaborando um plano de contingência visando garantir o abastecimento e a continuidade de suas operações. Neste momento, porém, ainda não é possível mensurar os reais impactos nas operações e o quanto isso pode afetar seus resultados dada a complexidade da situação e seu ineditismo. A Administração da Companhia estará empenhada em mitigar possíveis reflexos do cenário de curto prazo e procurará na medida do possível mensurar os impactos nas demonstrações contábeis.

* * *

